

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS



**DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS
ATRAVÉS DO BALANÇO SOCIAL E RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE**

GIOVANNA NAZARETH PAIVA DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão apresentado ao Departamento
de Ciências Contábeis e Atuariais - DCCA da
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Orientador: Prof. Msc. Mário Guilherme Rebollo

Porto Alegre

2012 / 2

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS ATRAVÉS DO BALANÇO SOCIAL E RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Giovanna Nazareth Paiva dos Santos¹

Resumo: O presente artigo descreve o conceito e a importância de um Relatório de Sustentabilidade, as grandes vantagens que ele oferece, o descaso e a falta de conscientização dos empresários brasileiros e dos governos com este e os modelos que atualmente são mais utilizados no Brasil. Para tal, utilizou-se o método de revisão bibliográfica. Este trabalho visa esclarecer os principais procedimentos para evidenciação contábil das informações de natureza social e ambiental. Para tanto, é necessário considerar as questões ambientais e sociais de forma estratégica, mudando concepções, passando a ver os custos ambientais como investimentos, aumentando, desta maneira, a competitividade da empresa no mercado e garantindo o bem-estar das gerações futuras, com responsabilidade social, moral e ética. Atualmente não existe um modelo padrão de apresentação destes relatórios, isto porque ainda não há uma legislação aprovada sobre o assunto que obrigue sua elaboração. Apesar disso, a responsabilidade social e ambiental está cada vez mais presente nas sociedades empresárias que vêm adotando estratégias de redução dos impactos negativos de suas atividades, a razão disto é que a sociedade está cada vez mais preocupada com a sustentabilidade e o meio ambiente. Contudo, neste trabalho não se tem a pretensão de esgotar o assunto em questão, mas, sobretudo, apresentar contribuições para reflexões sobre o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade.

Palavras-chave: Balanço Social. Relatório de Sustentabilidade. Divulgação. Transparência.

¹ Graduanda do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. E-mail: gica_nps@hotmail.com.

DISSEMINATION OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL INFORMATION BY SOCIAL AND SUSTAINABILITY REPORT

Abstract: This article deals on the importance of sustainability reports, the neglect and lack of awareness by Brazilian entrepreneurs, as well as by the government. It also describes the advantages offered by the models currently more used. For such purpose, we used the method of literary review. The paper aims at clarifying the main procedures for disclosure of accounting information of a social and environmental nature. To accomplish this goal, we need to consider environmental and social issues from a strategic perspective, changing concepts and looking at environmental costs as investments, thus increasing market competitiveness as well as the well being of future generations, in a social, moral, and ethical responsible way. Currently, there are no standards for the presentation of such reports, due to the lack of legislation to enforce it. Despite this fact, social and environmental awareness are becoming more and more evident as agencies/companies, start adopting strategies to reduce their impact on nature, as well as our society showing a growing concern with communities and the environment. This paper does not exhaust the subject; it presents contributions about the social and sustainability reports.

Keywords: Report Social. Sustainability Reporting. Disclosure. Transparency.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos assuntos mais importantes e discutidos pela sociedade é a preocupação com a preservação ambiental e com o melhor caminho para se atingir o desenvolvimento sustentável. Para tanto, serão necessárias mudanças na forma de exploração dos recursos naturais, acarretando uma racionalização do seu uso, e uma preocupação contínua com o impacto que cada escolha gera no meio ambiente e na sociedade em geral. Este tema tornou-se objeto de debate econômico, político e social em todo mundo. O intuito é conseguir com que cada vez mais as empresas visem compatibilizar o crescimento econômico com a responsabilidade social e a preservação ambiental como meio para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Essa maior conscientização e preocupação por parte da sociedade vêm fazendo com que algumas empresas já adotem uma gestão socialmente responsável, além de procurarem meios para publicar suas ações em benefício da comunidade. As sociedades empresárias que têm o interesse de divulgar seu compromisso social, ambiental e econômico elaboram, anualmente, o Balanço Social (ou Relatório de Sustentabilidade), que serve como prestação de contas aos *stakeholders*, que são todas as pessoas ou entidades que afetam ou são afetadas pelas atividades da empresa (acionistas, empregados, clientes, ONGS, etc.).

Porém, como apresenta Carvalho e Siqueira (2012a, p. 23), “A elaboração e publicação deste demonstrativo não são obrigatórias no Brasil, [...]”, desta maneira muitas empresas deixam de apresentar o Balanço Social. Além disso, não há uma legislação específica a ser seguida, nem um único modelo a ser elaborado. Por essa razão, a maioria dos relatórios de sustentabilidade publicados atualmente no Brasil mostra-se incompleta e com baixa transparência, sem contar a dificuldade de comparação devido à falta de padronização.

Frente a este tema, muitos profissionais da área de contabilidade se deparam com problemas como: o que é o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade, com base em que legislação estes demonstrativos devem ser elaborados e qual o melhor modelo a ser seguido. Por outro lado, Tinoco (2010) apresenta uma crítica à elaboração e divulgação de relatórios sustentáveis, expondo que estes deveriam superar as limitações ortodoxas às quais a contabilidade tradicional se mantém presa, permitindo desta maneira relacionar o desempenho econômico-financeiro ao desempenho operacional e social.

Os profissionais da área contábil, por estarem diretamente envolvidos no tema em questão, devem estar preparados para lidar com essa nova realidade. Ribeiro e Martins (1998) apresentam que as demonstrações contábeis, pelo fato de conterem todas as informações relacionadas ao desempenho das empresas em determinado período, são o canal mais adequado para evidenciar os benefícios e danos ambientais e sociais por elas causados. Apesar disso, a contabilidade “[...] ainda não tem dado o destaque necessário e cabível ao tema *meio ambiente*, como já ocorre em outras áreas.” (REBOLLO, 2001, p. 2).

Neste contexto, este trabalho apresenta um breve histórico do Balanço Social; seu impacto na Rio + 20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável) que ocorreu em junho de 2012; a importância de as empresas brasileiras divulgarem suas informações ambientais através deste demonstrativo; apresentar os principais modelos; os principais problemas apresentados pelos balanços sociais brasileiros; e, por fim, apresentar quais os modelos utilizados pelas maiores empresas do Sul do Brasil.

Estes tópicos são apresentados com o objetivo de proporcionar aos contadores conhecimentos necessários para a elaboração de relatórios de sustentabilidade não tendenciosos. Para tanto, é imprescindível que estes exponham as externalidades positivas e negativas da atividade econômica empresarial, fazendo com que, conforme apresenta Siqueira (2012, p. 1), seja possível diferenciar as “[...] empresas ‘realmente cidadãs’ daquelas que têm uma responsabilidade social apenas aparente [...]”.

O presente artigo foi elaborado com base em pesquisas bibliográficas que, conforme apresentado por Gil (2007, p. 64), “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]”, os quais, neste caso, tratam de assuntos ligados à contabilidade ambiental, Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade. Além disso, foram incluídas verificações em legislações de órgãos reguladores responsáveis pela emissão de normas contábeis e em Relatórios de Sustentabilidade de grandes empresas.

2 BALANÇO SOCIAL

De acordo com Tinoco (2010), o Balanço Social (conhecido também como Relatório Socioambiental ou Relatório de Sustentabilidade) pode ser definido como um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar (medir, divulgar e prestar contas) de forma clara e transparente, a todos os usuários interessados, informações econômicas, contábeis, ambientais e sociais do desempenho das entidades na busca do desenvolvimento sustentável. Resumindo, o Balanço Social demonstra a interação da empresa com os elementos que a cercam.

Há muito fala-se em responsabilidade social da empresa. E, de fato, pode-se observar que algumas empresas, aqui no Brasil, têm levado a sério suas relações com a comunidade, com o meio ambiente e com seu próprio corpo de funcionários. Até porque, nos últimos anos, essas relações tornaram-se uma questão de estratégia financeira e de sobrevivência empresarial, quando pensamos a longo prazo. Isto sem falar, é claro, do lado ético e humano que a responsabilidade social envolve, e por sua vez, pode desenvolver. (TORRES, 2003).

Santos *et al.* [2005] alerta que este é um assunto de grande interesse para contadores, pois estes podem contribuir, por exemplo, desenvolvendo uma nova contabilidade e modificando os sistemas existentes (incluindo informações ambientais e sociais), facilitando, assim, a elaboração do Relatório de Sustentabilidade. Além disso, os profissionais da área contábil podem auxiliar os diretores na tomada de decisão, no sentido de aumentar o controle de riscos, multas e indenizações, bem como no planejamento de uma gestão sócio- ambiental,

detectando as áreas que necessitam de atenção especial, com o intuito de melhorar o resultado sustentável da empresa.

2.1 IMPORTÂNCIA DO BALANÇO SOCIAL

De acordo com Torres (2003), a principal função do Balanço Social “[...] é tornar público [*sic*] a responsabilidade social da empresa.”. Isso significa que a organização deve utilizar-se deste demonstrativo como uma ferramenta de diálogo, mostrando suas ações e projetos na área social e ambiental com transparência e exatidão aos interessados.

Contudo o Balanço Social não deixa de ser uma ferramenta gerencial, pois reúne dados quantitativos e qualitativos sobre as políticas da entidade e suas relações com o ambiente, possibilitando uma melhor mensuração do desempenho da gestão sob a perspectiva de responsabilidade social. Estes dados podem ser analisados e comparados pelos usuários internos com o intuito de servir como instrumento de controle, definição de estratégias e tomada de decisões.

A publicação do balanço social é fundamental para a vida organizacional porque, além de ampliar o diálogo da empresa com a sociedade, ajuda-a na incorporação de posturas éticas e transparentes, no diagnóstico de desafios de médio e longo prazo, na comparação de seu desempenho com o de outras organizações, na avaliação da eficiência de seus investimentos e na integração de seus objetivos ambientais, econômicos e sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2007, p. 9).

Estes relatórios auxiliam as empresas a desenvolver estratégias de gestão voltadas para o futuro, baseadas em informações sobre impactos positivos e negativos de suas ações; a explorar melhor os riscos e oportunidades ligados à sustentabilidade; a melhorar o diálogo empresa-acionista; e auxiliam a mudar a mentalidade, tanto dos gestores como dos funcionários e da sociedade.

2.2 HISTÓRICO

Segundo Torres (2003), foi nos Estados Unidos, na década de 1960, que começou a surgir por parte da sociedade uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas. E foi também nos anos 70, na França, Alemanha e Inglaterra, que surgiu a necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais.

De acordo com o mesmo autor, a década de 1970 marca as primeiras experiências de elaboração de balanços sociais no mundo. Porém, o que pode ser classificado como um marco na história deste relatório aconteceu na França em 1972: foi o ano em que a empresa SINGER fez o primeiro Balanço Social da história. E em 1977, na França, foi aprovada a Lei nº 77.769, determinando que empresas com mais de 700 funcionários publicassem um balanço anual relatando suas práticas trabalhistas. Esta exigência foi ampliada posteriormente para empresas a partir de 300 funcionários.

Segundo o Instituto ETHOS (2007), foi em 1978 que o Brasil começou a debater o assunto, por iniciativa do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, hoje chamado Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES). A entidade iniciou a valoração desse tipo de relatório após muitas discussões sobre o papel das empresas no desenvolvimento da sociedade. E foi em 1984 que a Nitrofértil, empresa do setor químico, produziu o primeiro documento brasileiro do gênero que carrega o nome de Balanço Social, tendo como público-alvo seus funcionários.

Conforme apresentado por Torres (2003), só a partir do início dos anos 90 que algumas empresas, no Brasil, passaram a levar em consideração a questão de divulgar em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação ao meio ambiente, à comunidade e aos seus funcionários. E a discussão ganhou força a partir de 1997, conforme apresentado pelo Instituto ETHOS (2007), quando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) lançou uma campanha pela divulgação voluntária do Balanço Social.

No ano de 2012, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&FBOVESPA) criou uma medida intitulada “Relate ou Explique”. Desta maneira, passou a recomendar, em seu Formulário de Referência, que as empresas listadas indiquem se publicam Relatório de Sustentabilidade ou documento similar e onde este está disponível. Em caso negativo, devem explicar a razão de não o elaborar. O objetivo é disponibilizar aos interessados acesso a estas informações, aumentando a adesão das companhias à elaboração de um demonstrativo que apresente resultados relacionados às dimensões social, ambiental e de governança corporativa.

Além disso, o Banco Central do Brasil (BACEN) colocou em audiência pública, em 13 de junho de 2012, duas minutas dispendo sobre a implementação de política de responsabilidade socioambiental por parte das instituições financeiras, bem como sobre a elaboração e divulgação de Relatório de Responsabilidade Socioambiental por parte das companhias abertas ou obrigadas a constituir comitê de auditoria.

Ainda em junho de 2012 este tema foi debatido em termos mundiais no Rio de Janeiro na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio + 20. De acordo com Brandão (2012), já em 2011 o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) formalizou junto ao Ministério da Fazenda uma proposta para a Conferência Rio+20. Esta, baseada no seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, instituía que “[...] as empresas de capital aberto e as fechadas, a partir de certo porte, devem divulgar, ao menos em seu website, de forma completa, objetiva e tempestiva, relatórios anuais [...]” de sustentabilidade de acordo com padrões internacionalmente aceitos.

Após muitas críticas, elogios e muitos debates sobre sustentabilidade, o documento final da Rio + 20 foi elaborado e aceito. Porém, durante o processo, pouco se debateu sobre o tema Relatório de Sustentabilidade, como ele deve ser elaborado, cobrado, publicado. Contudo, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou uma recomendação formal, no parágrafo 47 do documento final:

Nós reconhecemos a importância dos relatórios corporativos de sustentabilidade e incentivamos as empresas, quando apropriado, especialmente de capital aberto e grandes empresas, a considerar a integração de informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios. Nós incentivamos a indústria, governos interessados e *Stakeholders* com o apoio do sistema das Nações Unidas, conforme apropriado, para desenvolver modelos para melhores práticas e facilitar a ação para a integração dos relatórios de sustentabilidade, levando em conta as experiências de estruturas já existentes e prestando especial atenção às necessidades dos países em desenvolvimento [...] [Tradução livre]. (ONU, 2012, p. 8).

3 MODELOS DE RELATÓRIOS

No Brasil, como em várias partes do mundo, não há uma obrigatoriedade de elaboração e publicação do balanço social. Por esta razão, as poucas empresas que possuem a iniciativa de elaborá-lo não seguem um modelo padrão, o que acaba por prejudicar a qualidade das informações por não ser possível compará-las com as de outras empresas ou outros períodos (CARVALHO; SIQUEIRA, 2012b).

Para auxiliar na divulgação destes relatórios, algumas organizações não governamentais começaram a formular modelos de relatórios sociais transparentes, responsáveis e não enviesados. (DIAS; GOMES; SIQUEIRA, 2012). Contudo, segundo o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (2009, p. 24):

Não existe um padrão metodológico único para a elaboração de um Relatório de Responsabilidade Social e Ambiental, tanto no Brasil como em nível internacional.

O que existe são vários modelos, atendendo as proposições de determinadas entidades. Estes modelos são conhecidos por distintas denominações, como, por exemplo, Balanço Social, Relatório Social, Informe Social, Relatório de Sustentabilidade, entre outros.

Ethos apresenta em seu Guia (2007, p. 22) que “A escolha do modelo a ser utilizado na elaboração do Balanço Social deve levar em consideração os objetivos estratégicos da organização com sua realização.”. Por exemplo, o modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI), frequentemente classificado como de difícil realização, deve ser utilizado por empresas mais experientes. Em contrapartida, a abordagem mais aplicável a diversas organizações é a publicação seguindo o modelo IBASE, cuja simplicidade é sua principal característica. Porém, mesmo sendo escolhido pela organização este modelo, é interessante levar em consideração os princípios da GRI, como equilíbrio (não omitir itens) e materialidade (dar ênfase nas informações relevantes que podem influenciar as decisões dos *stakeholders*).

Com o intuito de apresentar experiências de organismos nacionais e internacionais vinculados à elaboração e divulgação de informações socioambientais, serão expostos os três marcos na evolução do Balanço Social.

3.1 INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE)

O IBASE é uma organização da sociedade civil fundada em 1981. Seu objetivo principal é “[...] desenvolver uma sólida e profunda responsabilidade social nos empresários e nas empresas, na busca por um maior, melhor e mais justo desenvolvimento humano, social e ambiental.” (TORRES, 2003).

Em 1997, o Instituto lançou o modelo de Balanço Social IBASE que, conforme o “Guia de Balanços Ethos” (2007, p. 12), é um demonstrativo “[...] por meio do qual as empresas são convidadas a apresentar à sociedade informações sobre seus investimentos internos e externos em ações de responsabilidade social empresarial.”. Desde então, Herbert de Souza, o Betinho, vinha chamando à atenção da sociedade para a importância da elaboração do Balanço Social em um modelo único e simples (TORRES, 2003).

Tinoco (2010) expõe que, por entender que a simplicidade é a garantia de adesão de um maior número de organizações, o IBASE, em parceria com diversos representantes e a partir de inúmeros debates com setores da sociedade, desenvolveu um modelo cuja principal vantagem é estimular as empresas, independentemente de tamanho e setor, a divulgar seu Balanço Social. Este modelo vem sendo adotado por diversas organizações no Brasil.

De acordo com o Guia Ethos (2007), o objetivo de um modelo simples é fazer com que não perca sua comparabilidade, simplicidade e o fácil entendimento. Desta maneira o modelo constitui-se de uma única página composta principalmente por indicadores quantitativos referentes a investimentos financeiros, sociais e ambientais. Se a forma de apresentação das informações não tiver um padrão mínimo, pode tornar difícil uma avaliação adequada da função social da empresa.

A empresa deve divulgar este modelo como meio de apresentar periodicamente à sociedade suas ações no tratamento de temas como educação, saúde, cultura, promoção da diversidade, preservação do meio ambiente, segurança no ambiente de trabalho, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza, critérios de seleção dos fornecedores, número de críticas dos consumidores, entre outros.

Algumas informações são facilmente coletáveis no sistema contábil e de gestão de pessoas da empresa; outras, como o estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos e consumo, podem necessitar um maior estudo no tema. Nem sempre correlacionar fatores financeiros e sociais é uma tarefa fácil, porém o IBASE orienta o preenchimento dos indicadores, informando quais elementos devem ser apresentados em cada um dos sete grupos de indicadores, esclarecendo em detalhes aqueles que podem gerar maiores dúvidas.

Como forma de estimular a divulgação dos balanços sociais por parte das empresas e a verificação dos dados por parte da sociedade, o IBASE criou em 1998 o “Selo Balanço Social IBASE/Betinho”, oferecido às médias e grandes empresas que optarem por seu modelo. O Instituto Ethos (2007) apresentou alguns requisitos para obtenção do selo. Entre eles estava a obrigatoriedade de divulgar todas as informações solicitadas, não podendo afirmar que algum dado está indisponível ou não é aplicável; a publicação em jornal ou revista de grande circulação, além da internet; e a disponibilidade deste para seus empregados.

Contudo, de acordo com o Guia de Balanços Ethos (2007), este selo não tinha o objetivo de avaliar as ações de responsabilidade social da empresa, apenas garantir que a organização atendeu a todos os critérios estabelecidos para preenchimento e divulgação do Balanço Social nesse formato. Sendo assim, o Instituto não exigia que as informações apresentadas fossem auditadas, tornando, desta maneira, a sociedade e o mercado os grandes auditores do processo e dos resultados alcançados pela empresa. A distribuição deste selo foi suspensa em 2008.

Ainda conforme o Guia Ethos (2007), no ano de 1997, apenas 21 empresas brasileiras aderiram ao modelo; três anos depois, em 2000, já eram 125 empresas; e em 2005 o total era

de 200. Algumas empresas que adotaram este modelo no ano de 2007, de acordo com o IBASE [2008], são: Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, INFRAERO, OI e PETROBRAS. No Anexo A deste artigo é apresentado um modelo do Balanço Social IBASE.

3.2 INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como Oscip (organização da sociedade civil de interesse público). Sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. (INSTITUTO ETHOS, [2011]).

O Instituto Ethos publicou em 2007 a última versão do “Guia de Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade” com o objetivo de apontar os elementos fundamentais na elaboração do Balanço Social. Este guia incentiva as empresas a perceber que a elaboração deste demonstrativo está intrinsecamente relacionada à gestão da Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

O Guia Ethos (2007) apresenta o ponto no qual acontece a convergência dos dois pilares da definição da Responsabilidade Social Empresarial (RSE): a relação ética e transparente com os *stakeholders* e o estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da empresa e da sociedade. Dessa maneira, o guia apresenta diretrizes que ajudam as organizações a planejar, organizar e divulgar as informações sobre a estratégia socioambiental e a coerência ética das operações.

Seu objetivo é elevar a credibilidade, qualidade e consistência dos relatórios; fazer com que as empresas compreendam os itens relevantes para a elaboração do Balanço Social; e com que verifiquem as oportunidades oferecidas pelos modelos existentes. Desta maneira o guia apresenta informações sobre o “modelo brasileiro mais difundido nacionalmente”, o do IBASE, e também sobre o “modelo internacionalmente mais disseminado pelo mundo”, o da *Global Reporting Initiative* (INSTITUTO ETHOS, 2007).

O Instituto Ethos (2007) apresenta como etapas do Balanço Social:

1. Planejamento do trabalho e escolha do modelo a ser adotado;
2. Designação de grupos de trabalho interno e partes interessadas externas a serem envolvidas e alinhamento de objetivos e compromissos;
3. Coleta, tratamento e consolidação dos dados;
4. Elaboração e análise do texto;
5. Verificação e auditoria das informações;

6. Publicação e divulgação do relatório;
7. Consulta às partes interessadas quanto à qualidade das informações prestadas.

Já o documento “Indicadores Ethos de Responsabilidade Social e Empresarial” (2012) apresenta indicadores estruturados em forma de questionário, organizado em sete temas. Cada tema é subdividido em um conjunto de indicadores que exploram diferentes perspectivas de como as empresas podem melhorar seu desempenho, conforme segue:

- a) valores, transparência e governança: compromissos éticos, governança corporativa, relações com a concorrência, diálogo com os *stakeholders*, balanço social;
- b) público interno: relações com sindicatos, valorização da diversidade, relações com trabalhadores terceirizados, políticas de remuneração, benefícios e carreira;
- c) meio ambiente: compromisso com a melhoria da qualidade ambiental, gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços;
- d) fornecedores: critérios de seleção, trabalho forçado na cadeia produtiva;
- e) consumidores e clientes: política de comunicação, excelência do atendimento;
- f) comunidade: gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno, envolvimento com a ação social;
- g) governo e sociedade: práticas anticorrupção, participação em projetos sociais.

3.3 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE - GRI

O *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização internacional sem fins lucrativos que trabalha visando uma economia global sustentável e fornecendo orientações sobre relatórios de sustentabilidade. Com essa finalidade, a organização vem desenvolvendo e aprimorando “Diretrizes para a Elaboração de Relatório de Sustentabilidade”. Estas diretrizes foram lançadas originalmente em 2000 e revisadas duas vezes (em 2002 e 2006), sendo sua versão mais recente denominada G3 para indicar que se tratava da terceira geração.

A estrutura de relatório da GRI foi criada para ser utilizada por organizações de qualquer tamanho, setor ou localização. Esse documento deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo informações positivas e negativas. Para tanto, as Diretrizes apresentam elementos que devem ser considerados idênticos em peso e importância: princípios, orientação e informações-padrão (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI, 2006*).

Este modelo busca o equilíbrio do desempenho da organização nas complexas relações atuais entre as perspectivas econômica, ambiental e social. Ele interliga estas perspectivas de modo a alcançar a sustentabilidade, não comprometendo o desenvolvimento futuro, daí o termo Relatório de Sustentabilidade para designar este relatório (GRI, 2002).

Os relatórios de sustentabilidade criados com base na estrutura definida pela GRI divulgam os resultados e consequências que ocorreram no período em questão, em relação aos compromissos, estratégias e abordagem de gestão adotada pela organização. Entre outros propósitos, conforme apresentado nas Diretrizes (GRI, 2006), podem ser usados como: *Benchmarking* (padrão de referência) e avaliação do desempenho de sustentabilidade relativo a normas e iniciativas voluntárias; demonstração de como a organização influencia e é influenciada pelo desenvolvimento sustentável; comparação de desempenho.

Seguindo o que refere a GRI (2006), a transparência em relação à sustentabilidade das atividades da empresa é do interesse de todos os *stakeholders* da organização, que inclui clientes, sindicatos, trabalhadores, organizações não governamentais, contadores, investidores, etc. Desta maneira, especialistas destes grupos se uniram à GRI para colaborar com a criação e aperfeiçoamentos contínuos da estrutura de elaboração dos relatórios. Por esta razão as Diretrizes têm ampla credibilidade no meio organizacional.

As informações que devem constar em um relatório elaborado com base nas Diretrizes da GRI devem cobrir temas que reflitam os impactos significativos da organização ou que possam influenciar as decisões dos *stakeholders*. Para tanto, os indicadores de desempenho apresentados no G3, além de serem divididos em essenciais e adicionais, são organizados de forma hierárquica, por categoria e agrupados nestes três grupos:

Indicadores de Desempenho Econômico: ilustram o fluxo de capital entre as partes interessadas e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade. Contudo estas informações são disponibilizadas nas demonstrações financeiras.

Indicadores de Desempenho Ambiental: referem-se aos impactos da organização nos sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, solos, ar e água. Abrangem o desempenho relacionado com o consumo (por ex., matéria-prima, energia, água) e com a produção (por ex., emissão de CO₂ e outras substâncias destruidoras da camada de ozônio).

Indicadores de Desempenho Social: referem-se aos impactos da organização nos sistemas sociais em que opera e identificam aspectos de desempenho no que se refere a:

- ❖ **Práticas Laborais e Trabalho Condigno:** aspectos que se baseiam em normas universais. Informações como relações entre trabalhadores e administração, segurança no trabalho, educação, diversidade, igualdade de oportunidades.
- ❖ **Direitos Humanos:** estes indicadores são representados pelos investimentos e práticas de seleção de fornecedores. Abrangem a não discriminação, a liberdade de associação, a abolição do trabalho infantil, os procedimentos de segurança.
- ❖ **Sociedade:** centram-se nos impactos que as organizações têm nas comunidades em que operam e na divulgação da forma como os riscos, resultantes de suas operações, são geridos e mediados. Informações sobre os riscos de suborno e corrupção, influência indevida e práticas de monopólio.
- ❖ **Responsabilidade pelo Produto:** aspectos dos produtos e serviços que afetam diretamente os clientes como saúde e segurança, informações e rotulagem, *marketing* e privacidade. Aspectos tratados através dos regulamentos internos.

Dias, Gomes e Siqueira (2012) avaliam, em uma pesquisa, a utilização dos indicadores da GRI por empresas brasileiras que informaram à instituição que utilizavam seus indicadores. No resultado da pesquisa foi constatado que: duas das oito empresas analisadas aderiram mais de 90% aos indicadores essenciais do GRI; quatro ficaram entre 50 e 85%; e duas ficaram abaixo de 25%, sendo que uma destas teve o grau de aderência em 6%.

De acordo com o “Guia de Balanços Ethos” (2007), no ano de 2003, 294 empresas aderiram ao modelo GRI no mundo, sendo quatro brasileiras; e em 2006, mil empresas aderiram ao modelo, sendo 15 brasileiras. Estes números demonstram que a adoção do modelo, embora incipiente, tem se tornado crescente em todo o mundo, considerando que sua proposta é criar um padrão internacional para elaboração de relatórios, cuja uniformização possibilita uma melhor comparação entre diversas organizações e em diversos períodos.

Uma curiosidade a ser destacada é que alguns dias antes de começar o evento Rio + 20, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, de acordo com o G1 RJ (2012), apresentou o primeiro Relatório de Sustentabilidade da cidade que segue os princípios da GRI. Paes destacou que foi a primeira metrópole a utilizar-se deste modelo para avaliar suas políticas públicas.

4 LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS

Na esfera internacional, diferentes países, como França, Bélgica e Portugal, já empreenderam um esforço visando suprimir uma lacuna legal e passaram a exigir das empresas a publicação do Balanço Social. No Brasil, tem-se verificado a

existência de um esforço pela concretização de uma normatização pertinente ao tema. (CARVALHO; SIQUEIRA, 2012b, p. 94).

Nesta seção, serão abordadas regulamentações brasileiras referentes ao Balanço Social. Preliminarmente, dar-se-á destaque à NBC T 15, que é uma regulamentação de esfera de normas contábeis, classificada por Tinoco (2010) como um dos marcos do Balanço Social no Brasil. Posteriormente, serão apresentadas outras normas citadas no artigo de Carvalho e Siqueira (2012b), que verificaram aspectos como o oferecimento de informações referentes às externalidades, o grau de transparência e padronização oferecido pelas normas.

4.1 CFC - NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

A NBC T 15, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC nº 1.003, de 2004, estabelece procedimentos relativos à Informação de Natureza Social e Ambiental. Esta norma não obriga a elaboração ou publicação do Balanço Social, mas sugere procedimentos a serem adotados pelas empresas que optarem pela sua apresentação, com o objetivo, conforme item 15.1.1 da NBC T 15, de “[...] demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.”

A NBC T 15 propõe procedimentos para evidenciação de informações de natureza ambiental e social, que devem ser divulgadas de forma complementar às demonstrações contábeis, distribuídas conforme item 15.2:

- a) **geração e distribuição de riqueza pela entidade:** conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3;
- b) **recursos humanos:** dados referentes à remuneração, benefícios, composição do corpo funcional, contingências e passivos trabalhistas (informações como número de admissões e demissões, de estagiários, etc.);
- c) **interação da entidade com o ambiente externo:** relacionamentos com a comunidade na qual está inserida (total de investimento em saúde, lazer), com os clientes (número de reclamações, indenizações) e com os fornecedores (informar se critérios de responsabilidade social são utilizados para a seleção);
- d) **interação com o meio ambiente:** evidenciar os gastos com a preservação e recuperação de ambientes degradados, a quantidade de processos ambientais movidos contra a entidade, o valor das multas e indenizações.

Esta norma sugere um total de 48 indicadores e ainda esclarece, no item 15.3.1, que a entidade pode acrescentar outros que julgar relevantes. No mesmo item a referida norma diz que as empresas podem detalhar toda informação que julgarem importantes, apesar de não dispor explicitamente quanto ao incentivo de notas explicativas.

A NBC T 15 também dispõe que as informações contidas no Balanço Social são de responsabilidade técnica de contabilista, devendo ser indicados os dados que forem extraídos de fontes não contábeis, podendo a responsabilidade destes ser compartilhada com especialistas. Ainda com o intuito de aumentar a transparência do demonstrativo, este deve ser objeto de revisão, conforme item 15.3.3, por auditor independente. Além disso, a norma estabelece, no item 15.1.5, que as informações devem ser apresentadas em comparação às mesmas informações do exercício anterior. Tais considerações demonstram o incentivo à transparência e comparabilidade das informações.

4.2 OUTRAS LEGISLAÇÕES

Dentre as legislações citadas por Carvalho e Siqueira (2012b), que apresentam distintos modelos do Balanço Social, bem como diferentes sugestões, destacam-se:

Resolução CRC-RJ nº 292/2001: Resolução de esfera de normas contábeis que institui a possibilidade de as empresas do Estado do Rio de Janeiro que apresentarem o Balanço Social receberem o Certificado de Responsabilidade Social. Esta Resolução não sugere indicadores, o que dificulta a padronização. A transparência, no entanto, é incentivada no momento em que a norma obriga o contador responsável pela sua elaboração a assiná-lo, apesar de nada mencionar a respeito de notas explicativas e auditoria externa.

Projeto de Lei Federal nº 32/1999²: Propõe a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social para empresas privadas com mais de 99 empregados e para empresas públicas, de economia mista, permissionárias e concessionárias. O projeto divide o demonstrativo em empresa, empregados, comunidade e meio ambiente e estabelece um total de 44 indicadores (nenhum de cunho negativo), podendo ser incluídos outros. Porém, não menciona nada em relação à transparência (notas explicativas, auditoria e assinatura de responsável).

Projeto de Lei Federal nº 1.305/2003³: Propõe que todas as empresas estabelecidas no Brasil com mais de 500 funcionários publiquem obrigatoriamente o Balanço Social.

² Projeto arquivado pela Câmara Federal de Deputados nos termos do artigo 105 do regimento interno em 31/01/2011.

³ Projeto de Lei arquivado definitivamente pela Câmara Federal dos Deputados em 06/03/2008.

Lei nº 7.687/2002 do Estado do Mato Grosso e Lei nº 2.843/2003 do Estado do Amazonas: Estas leis propõem praticamente os mesmos indicadores sugeridos pela Lei nº 11.440/2000 do RS e instituem o recebimento do Certificado de Responsabilidade Social.

Lei nº 11.440/2000 do Estado do Rio Grande do Sul: Institui a possibilidade de recebimento do Certificado de Responsabilidade Social para as empresas que apresentarem o modelo de Balanço Social desta lei. Ela sugere 34 indicadores que abrangem empregados, comunidade e meio ambiente, sendo que destes, apenas dois são de cunho negativo. Apresenta obrigatoriedade de assinatura do relatório pelo contador responsável, mas não incentiva o uso de notas explicativas e a auditoria por terceiros.

Destas normas, a última é a de maior relevância e aplicabilidade, pois, em decorrência dela, anualmente é publicado, pela Assembleia Legislativa, o Edital Prêmio de Responsabilidade Social, no qual foram oferecidos quatro tipos de reconhecimentos em 2012:

- a) **Certificado de Responsabilidade Social:** É recebido pelas organizações que apresentarem seu Balanço Social e que atingirem a pontuação mínima estabelecida por um conjunto de indicadores que expressam a responsabilidade social destas.
- b) **Medalha de Responsabilidade Social:** Em suas respectivas categorias, são agraciadas 20% das organizações mais bem pontuadas no seu Balanço Social.
- c) **Troféu Responsabilidade Social - Destaque RS:** É concedido às organizações que apresentarem, em cada categoria, o melhor nível de desempenho de responsabilidade social (avaliação do Balanço Social e do Relatório de Responsabilidade Social).
- d) **Diploma Mérito Social:** É conferido ao profissional da contabilidade responsável pela elaboração do Balanço Social da organização.

5 PRINCIPAIS PROBLEMAS APRESENTADOS PELOS BALANÇOS SOCIAIS BRASILEIROS

Apesar de não ser obrigatório no Brasil, nota-se que é crescente o número de empresas que elaboram o Balanço Social. No entanto, os balanços publicados atualmente, de modo geral, tendem a apresentar alguns problemas em sua elaboração. Estes problemas estão relacionados às informações pouco abrangentes, à apresentação dos aspectos positivos em detrimento dos negativos, à baixa padronização, e conseqüente comparabilidade, e à transparência limitada do relatório. Analisaremos a seguir cada um destes aspectos.

5.1 INFORMAÇÕES POUCO ABRANGENTES

Abrangência: A cobertura das questões e dos indicadores relevantes e materiais, assim como a definição do limite do relatório, deverão ser suficientes para permitir que as partes interessadas avaliem o desempenho econômico, ambiental e social da organização relatora no período abrangido pelo relatório. (GRI, 2006, p. 14).

De acordo com Carvalho e Siqueira, (2012a), a abrangência das informações em um Balanço Social está diretamente relacionada à contemplação das quatro vertentes propostas pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI):

- a) Balanço Ambiental: apresenta a relação entre a empresa e os recursos naturais, gastos com preservação e proteção ambiental, passivos ambientais, etc.
- b) Balanço de Recursos Humanos: demonstra o perfil dos trabalhadores da empresa, remuneração e benefícios, gastos com treinamentos, etc.
- c) Demonstração do Valor Adicionado (DVA): evidencia quanto a empresa agrega de valor à economia local, bem como a forma como distribui esta riqueza.
- d) Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral: evidencia o que a organização tem feito em termos de benefícios sociais.

Uma pesquisa realizada por Cunha e Ribeiro (2004) concluiu que as empresas brasileiras, gradativamente, vêm passando a fornecer informações mais abrangentes nos seus relatórios sociais. Apesar disto, apenas três empresas, de uma análise envolvendo 284, apresentaram informações que abarcassem todos os aspectos propostos pela FIPECAFI, demonstrando uma limitação na abrangência dos dados.

5.2 ASPECTOS POSITIVOS EM DETRIMENTO DOS NEGATIVOS

O Balanço Social tem a função de tornar pública a responsabilidade social da empresa. Contudo, conforme apresenta Siqueira (2012), ele tem sido apresentado com um viés positivo, como um instrumento das realizações em prol da sociedade. Isto só é verídico se a empresa tiver apresentado iniciativas empresariais que mereçam ser premiadas.

É comum a exposição falha das externalidades nos balanços sociais. Isto acontece porque tais externalidades vão contra valores que são caros à sociedade, representando indicadores de cunho negativo. “Porém, assim como o Balanço Patrimonial demonstra os direitos e as obrigações da empresa, o Balanço Social deve expor tanto suas contribuições

positivas quanto negativas [...]”; pois se não for desta maneira, o demonstrativo se torna um instrumento enviesado (CARVALHO; SIQUEIRA, 2012a, p. 31).

O viés para potencialização de resultados pode ocorrer ao se dar destaque às informações positivas, ao se omitir informações negativas ou suas consequências, ou ao se tentar extrair benefícios de uma situação prejudicial cometida pela empresa.

De acordo com o *Global Reporting Initiative* (2006), o relatório deve refletir tanto os aspectos positivos como os negativos do desempenho da organização, permitindo, dessa maneira, uma avaliação equilibrada e razoável do seu desempenho global. Porém na prática, frequentemente as organizações potencializam seus resultados em vez de externalizar o real papel da organização. Para sanar este problema é necessário que seja incentivada a evidenciação de contribuições negativas em seus modelos de Balanço Social.

5.3 BAIXA PADRONIZAÇÃO E COMPARABILIDADE

A informação só é útil se fornecer bases sólidas para a tomada de decisões. Dessa forma, a utilidade do Balanço Social aumenta quando suas informações são apresentadas de maneira que permita a comparação com diferentes períodos e entre distintas entidades. Essa comparabilidade entre empresas é favorecida por um conjunto de orientações homogêneas, como, por exemplo, a utilização dos mesmos princípios de elaboração, o uso de indicadores padronizados e a similaridade do formato utilizado (CARVALHO; SIQUEIRA, 2012a).

Em seus estudos, Pinto e Ribeiro (2003) apontam que todos os balanços sociais analisados apresentados por empresas brasileiras foram elaborados de maneira diferente; os indicadores divulgados são os mais variados; algumas informações relevantes não são apresentadas; e as informações fornecidas são de poucos períodos. Desta maneira a utilidade dessas demonstrações fica reduzida e impossibilita que os usuários possam melhor usufruir deste demonstrativo.

Um dos motivos para essas significativas diferenças entre os balanços sociais brasileiros é a ausência de uma lei única que institua um modelo padrão que se adapte a todos os tipos de empresas e setores. Essa baixa padronização dificulta ou até mesmo inviabiliza comparações entre empresas e pode despertar a desconfiança por parte dos usuários, pois muitos destes relatórios estão se transformando em objeto de marketing.

Só o fato de as regulamentações sobre o Balanço Social estarem sendo estabelecidas em diferentes esferas de governo já é um aspecto complicador no que tange à

comparabilidade das demonstrações. Embora as iniciativas sejam um avanço no assunto, o fato de cada município e cada estado instituir um modelo diferente de Balanço Social, por menor que sejam as diferenças, prejudica a qualidade das análises comparativas de empresas que sejam de estados ou municípios diferentes (CARVALHO; SIQUEIRA, 2012a).

5.4 TRANSPARÊNCIA LIMITADA

Todas as informações prestadas por uma empresa, englobando o Balanço Social, devem primar pela confiabilidade, que pode ser traduzida em transparência das informações apresentadas. Por sua vez, a transparência pode ser definida como uma completa divulgação de informações e indicadores necessários para demonstrar a realidade dos impactos existentes, permitindo a todas as partes interessadas a tomada de decisões (GRI, 2006).

Siqueira (2005) apresenta que a transparência das informações pode ser alcançada através de três características que atualmente são escassas nos demonstrativos sociais brasileiros: a presença de notas explicativas; a identificação do responsável pelo conteúdo do relatório; e a realização de uma auditoria independente sobre as informações. Em relação a esta última questão, há necessidade de se determinar padrões de auditoria para o Balanço Social, pois é um assunto novo e específico.

Em uma pesquisa, Siqueira e Vidal (2002) destacam que, de 21 empresas analisadas, apenas seis apresentaram notas explicativas em seus balanços sociais. Além disso, as poucas notas explicativas apresentadas são criticadas pelos autores a respeito do baixo nível de complexidade das informações prestadas. Internacionalmente, a transparência destes relatórios também é criticada pelos autores.

6 MODELOS UTILIZADOS PELAS MAIORES DO SUL DO BRASIL

A Revista Amanhã elabora anualmente um *ranking* com as 500 maiores empresas da Região Sul do Brasil e das 100 maiores de cada Estado desta região (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul). Este *ranking* é realizado de acordo com o Valor Ponderado de Grandeza (VPG) de cada empresa. O VPG, de acordo com a Revista Amanhã (2012, p. 16), é uma “[...] média ponderada entre os três principais indicadores das empresas: patrimônio líquido (peso 50%), receita bruta (40%) e lucro ou prejuízo (10%).”.

A partir deste *ranking* foi realizada uma análise nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Anuais das cinco maiores organizações da Região Sul e das cinco maiores do Rio Grande do Sul, com o intuito de verificar os padrões ou princípios que basearam seus relatórios, conforme os já apresentados neste artigo.

As cinco maiores empresas da Região Sul, seus respectivos setores e o nome dos relatórios analisados são:

1. Gerdau – Siderurgia e Mineração: Relatório Anual e Evolução Sustentável de 2011.
2. BRF Brasil Foods – Alimentos e Bebidas: Relatório Anual e de Sustentabilidade de 2010.
3. Vivo S/A – Telecomunicações: Relatório Anual de Sustentabilidade de 2011.
4. HSBC Bank Brasil S/A – Financeiro: Relatório de Sustentabilidade de 2007.
5. Bunge Alimentos – Alimentos e Bebidas: Relatório de Sustentabilidade de 2011.

Da mesma maneira, as cinco maiores empresas do Rio Grande do Sul, seus respectivos setores, e os relatórios analisados são:

1. Gerdau – Siderurgia e Mineração: Relatório Anual e Evolução Sustentável de 2011.
2. Banrisul (Banco do Estado do RS) – Financeiro: Relatório de Sustentabilidade de 2011.
3. Refap S/A (Refinaria Alberto Pasqualini) – Petróleo e Petroquímica: Relatório de Sustentabilidade de 2011.
4. Sicredi (Consolidado) – Financeiro: Relatório Anual de 2011.
5. CEEE (Cia. Estadual de Energia Elétrica) – Energia: Relatório Anual e de Sustentabilidade de 2011.

Nos anos e demonstrativos citados e analisados, a GERDAU e a SICRED são as únicas que não apresentam os princípios e os modelos que seguem na elaboração dos relatórios. A BRF Brasil Foods, a VIVO, o HSBC e o Banrisul dizem seguir como modelo as recomendações, diretrizes e indicadores apresentados pela GRI. Por fim, a Refap e a CEEE esclarecem que seus relatórios, além de se basearem nas recomendações da GRI, ainda contêm o Balanço Social modelo do IBASE. Nenhuma delas cita a NBC T 15, nem seguem os princípios do Instituto Ethos.

7 CONCLUSÃO

O Balanço Social é, sem dúvida, um instrumento muito importante na sociedade atual. É a partir dele que se podem avaliar as ações de uma empresa em relação à sustentabilidade e

analisar quais os malefícios e benefícios que sua atividade traz ao meio ambiente, à sociedade, aos seus funcionários, etc.

Alguns países da Europa já possuem regulamentações que normatizam a elaboração do Balanço Social. No Brasil é visível o esforço que tem sido feito para criar normas que instituam este demonstrativo, pois já existem leis e normas estaduais e municipais. Contudo é necessário que se crie uma regulamentação em âmbito nacional transformando o Relatório de Sustentabilidade em um demonstrativo contábil. Dessa maneira se obterão informações padronizadas, completas e transparentes que permitam avaliar o desempenho de uma empresa nas áreas sociais e ambientais, em diferentes períodos, bem como realizar comparações com outras empresas, inclusive de diferentes regiões.

Essas regulamentações que já existem possuem distintas contribuições positivas, que podem ser consolidadas em uma única norma, em seus aspectos relevantes, tornando a legislação brasileira mais eficaz. A criação desta lei pode reduzir significativamente os problemas atuais dos balanços sociais elaborados no Brasil e aumentar a credibilidade deste instrumento frente aos usuários. Além disso, coibirá as organizações de divulgar as informações da forma que melhor lhes convêm.

Porém, para se tornar um real indicador da responsabilidade social e compromisso ambiental, é necessário estipular uma série de práticas. Essa norma deve primar pela transparência, incentivando a exposição real dos fatos e consequências, o uso de notas explicativas, a identificação do responsável por sua elaboração e a revisão do demonstrativo por auditores independentes. Ela pode sim ser flexível, mas não ao ponto de ser manipulável. Desta maneira, o Balanço Social começará a se tornar uma fonte confiável de informações para a sociedade e uma base adequada para o processo decisório.

Outro aspecto que pode ser inserido nesta nova norma é a aplicação de sanções como resposta ao descumprimento de aspectos, à omissão de informações e à prática de fraudes. Estas sanções podem sujeitar o infrator, por exemplo, à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento, proibição de contratar com a Administração Pública, impedimento a incentivos fiscais e até mesmo multas pecuniárias. Desta maneira, devem ser analisadas sanções cabíveis a cada caso específico, visando que as informações do demonstrativo sejam da maior qualidade possível.

Outro fator que influencia as empresas a elaborarem e publicarem o Balanço Social, no caso de este não ser obrigatório, é a possibilidade de premiação com selos e certificados àquelas que apresentarem o relatório. Para algumas organizações é fundamental vincular ao

seu nome a imagem de empresa cidadã, através, por exemplo, da obtenção de Certificados de Responsabilidade Social ou Selos da Cidadania.

Além disso, nota-se, através da análise realizada no trabalho, que o modelo mais difundido atualmente, nas maiores empresas do Sul do Brasil, é o da *Global Reporting Initiative* (GRI), pois ele dispõe de informações bem completas e ao mesmo tempo flexíveis, diferentemente do Balanço Social do IBASE. Este, por sua vez, também é utilizado, porém é aplicado em menor proporção e tem probabilidade de ser mais utilizado por empresas menores, principalmente pelo fato de ser mais resumido e de fácil elaboração.

É a Contabilidade que deve, através de metodologias e sistemas, informar os impactos ambientais e sociais causados pelas operações das empresas. Ela deve integrar e analisar estes impactos às decisões de compras, produção, vendas. Integrando estes aspectos a empresa estará mais bem preparada para elaborar seu Relatório de Sustentabilidade, estabelecer metas e medir, através deste, o seu desempenho sustentável.

Empresas que cumprem seu papel social acabam por investir no seu próprio futuro e atrair mais consumidores. Essas organizações não têm apenas o dever de publicar suas ações, mas têm o direito de divulgá-las. E é com medidas como as apresentadas neste trabalho que o Balanço Social tende a se tornar um meio mais eficiente de avaliação dos investimentos das empresas na sociedade e no ambiente, permitindo comparações exatas através de relatórios padronizados. Contudo, muito ainda precisa ser pesquisado e realizado para que estas ideias gerem frutos concretos para a sociedade, pois este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto em questão, mas, sim, apresentar contribuições para reflexões sobre o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Edital prêmio de responsabilidade social**, 2012.

Disponível em:

<<http://www2.al.rs.gov.br/premios/ResponsabilidadeSocial/tabid/3428/Default.aspx>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Edital de audiência pública 41/2012**, de 13 de junho de 2012. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/audpub/edital/ExibeEdital.jsp?edt=54>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS (BM&FBOVESPA). **Relate ou explique**, [2012]. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/nas-empresas/relate-ou-explique.asp>>. Acesso em: 10 out. 2012.

BRANDÃO, Carlos Eduardo Lessa. **Rio +20 e os relatórios anuais**: uma oportunidade para o governo brasileiro. 15 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.amanha.com.br/sustentabilidade-internas/58-sustentabilidade-1/3273-rio-20-e-os-relatorios-anuais-uma-oportunidade-para-o-governo-brasileiro>>. Acesso em: 16 set. 2012.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros. SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. **Os indicadores ambientais nas normas de Balanço Social**. In: FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. (Org.). *Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012b. p. 93-112.

_____. **Regulamentações brasileiras do Balanço Social**. In: FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. (Org.). *Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012a. p. 21-41.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04, de 19 de agosto de 2004**. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acesso em: 26 ago. 2012.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, Comissão de Estudos de Responsabilidade Social. **Demonstração da responsabilidade social**, Porto Alegre, julho de 2009.

CUNHA, Jacqueline Venerosos Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza. Evolução e Diagnóstico atual do balanço social. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/281.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; GOMES, Mônica Zaidan; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. **Balanço Social**: a utilização dos indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI) em empresas brasileiras. In: FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. (Org.). *Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 132-151.

G1 RJ. **Prefeitura do Rio apresenta Relatório de Sustentabilidade da cidade**. 15 de junho de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/prefeitura-do-rio-apresenta-relatorio-de-sustentabilidade-da-cidade.html>>. Acesso em: 16 set. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Directrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2012.

_____. **Draft 2002 sustainability reporting guidelines**. 2002. Disponível em: <http://rsuniversitaria.org/web/images/stories/Documentos_antiguos/gri02.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Balancos Sociais 2007**. [2008]. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/media/empresas_2007_1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm>. Acesso em: 7 out. 2012.

_____. **Indicadores Ethos de responsabilidade social e empresarial**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/indicadores-ethos-versao-2012/#.UKedaeToTSE>>. Acesso em: 7 out. 2012.

_____. [2011]. **O Instituto Ethos**. [2011]. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/31/o_instituto_ethos/o_instituto_ethos.aspx>. Acesso em: 23 out. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **The future we want**. 2012. Disponível em: <<http://sustainabledevelopment.un.org/futurewewant.html>>. Acesso em: 20 set. 2012.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. O Balanço Social como instrumento de evidenciação de responsabilidade social: um estudo no Estado de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA. 2., 2002, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos22002/default.asp?con=1>>. Acesso em: 25 no. 2012.

REBOLLO, Mário Guilherme. A divulgação de informações ambientais através dos demonstrativos contábeis anuais. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2º semestre 2001.

RIBEIRO, Maisa de Souza, MARTINS, Eliseu. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. ABRASCA – Associação Brasileira de Companhias Abertas, Boletim 415, 1998.

SANTOS, André Ricardo Ponce *et al.*. **Contabilidade Ambiental: uma contribuição da Ciência Contábil a sustentabilidade da gestão ambiental**. [2005].

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. **Balanço Social: evidenciação da responsabilidade social**. In: FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. (Org.). *Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-22.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; VIDAL, Mario César Rodríguez. Balancos sociais brasileiros: uma análise crítica das publicações do ano de 2001. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA. 2., 2002, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos22002/default.asp?con=1>>. Acesso em: 25 no. 2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do Balanço Social**. 28 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=3&sid=3&tpl=printerview>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

500 maiores do sul. **AMANHÃ**. [Porto Alegre]: Plural, ano 26, ed. n° 287, ago./set. 2012.

Relatórios de Sustentabilidade Examinados em 21 out. 2012:

Gerdaul: <<http://www.gerdau.com.br/relatoriogerdau/2011/ra-br/download/RA2011-GERDAU-Completo.pdf>>.

BRF Brasil Foods:

<<http://www.brazilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/BRF%20Relatorio%20Anual%202010.pdf>>.

Vivo S/A:

<<http://www.telefonica.com.br/StaticFiles/Institucional/ResponsabilidadeCorporativa/RelatorioSustentabilidade2011.pdf>>.

HSBC Bank Brasil S/A: <<http://www1.hsbc.com.br/sobre-hsbc/sustentabilidade/responsabilidade-corporativa-relatorios.shtml>>.

Bunge Alimentos: <<http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2012/port/ra/index.htm>>.

Banrisul: <http://relatorioweb.com.br/banrisul/11/sites/default/files/Banrisul_RS2011.pdf>.

Refap S/A:

<http://www.petrobras.com.br/rs2011/downloads/Petrobras_Relatorio_de_Sustentabilidade_2011.pdf>.

Sicredi:

<http://www.sicredi.com.br/websitesicredi/upload/files/17839_PDFRelatorioCompletoSite_reduzidoabril2011.pdf>.

CEEE:

<<http://www.ceee.com.br/PPortal/CEEE/Archives/Download/sustentabilidade/GRI%20CEEE%20D.pdf>>.

ANEXO A- Balanço Social Modelo IBASE

Balanço Social / 2008

Modelo para instituições de ensino, fundações e organizações sociais

1. Identificação					
Nome da instituição:			Tipo/categoria (conforme instruções):		
Natureza jurídica: <input type="checkbox"/> associação <input type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade Sem fins lucrativos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Isenta da cota patronal do INSS? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não					
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Possui registro no: <input type="checkbox"/> CNAS <input type="checkbox"/> CEAS <input type="checkbox"/> CMAS					
De utilidade pública? <input type="checkbox"/> não Se sim, <input type="checkbox"/> federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal			Classificada como OSCIP (lei 9790/99)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
2. Origem dos recursos		2008		2007	
		Valor (mil reais)		Valor (mil reais)	
Receitas Totais			100%		100%
a. Recursos governamentais (subvenções)					
b. Doações de pessoas jurídicas					
c. Doações de pessoas físicas					
d. Contribuições					
e. Patrocínios					
f. Cooperação internacional					
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos					
h. Outras receitas					
3. Aplicação dos recursos		2008		2007	
		Valor (mil reais)		Valor (mil reais)	
Despesas Totais			100%		100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)					
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)					
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)					
Operacionais					
Impostos e taxas					
Financeiras					
Capital (máquinas + instalações + equipamentos)					
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)					
4. Indicadores sociais internos		2008	%	2007	%
(Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))		Valor (mil reais)	sobre receita	Valor (mil reais)	sobre receita
a. Alimentação					
b. Educação					
c. Capacitação e desenvolvimento profissional					
d. Creche ou auxílio-creche					
e. Saúde					
f. Segurança e saúde no trabalho					
g. Transporte					
h. Bolsas/estágios					
i. Outros					
Total - Indicadores sociais internos					
5. Projetos, ações e contribuições para a sociedade		2008	%	2007	%
(As ações e programas aqui listados são exemplos, ver instruções)		Valor (mil reais)	sobre receita	Valor (mil reais)	sobre receita
		R\$ _____		R\$ _____	
a. Assistência jurídica		Nº pessoas beneficiadas _____		Nº pessoas beneficiadas _____	
		Nº entidades beneficiadas _____		Nº entidades beneficiadas _____	
		R\$ _____		R\$ _____	
b. Diversidade, etnia e questão racial		Nº pessoas beneficiadas _____		Nº pessoas beneficiadas _____	
		Nº entidades beneficiadas _____		Nº entidades beneficiadas _____	
		R\$ _____		R\$ _____	
c. Educação popular/alfabetização de jovens e adultos(as)		Nº pessoas beneficiadas _____		Nº pessoas beneficiadas _____	
		Nº entidades beneficiadas _____		Nº entidades beneficiadas _____	
		R\$ _____		R\$ _____	
d. Empreendedorismo/apoio e capacitação		Nº pessoas beneficiadas _____		Nº pessoas beneficiadas _____	
		Nº entidades beneficiadas _____		Nº entidades beneficiadas _____	
		R\$ _____		R\$ _____	
e. Segurança alimentar/combate à fome		Nº pessoas beneficiadas _____		Nº pessoas beneficiadas _____	
		Nº entidades beneficiadas _____		Nº entidades beneficiadas _____	
Valores totais					
6. Outros indicadores		2008		2007	metas 2009
Nº total de alunos(as)					
Nº de alunos(as) com bolsas (integral)					
Valor total das bolsas (integral)					
Nº de alunos(as) com bolsas parciais					
Valor total das bolsas parciais					
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa					
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa					